

## CONSELHO FISCAL DE PREVIDÊNCIA

### 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DE PREVIDÊNCIA

Aos sete dias do mês de agosto de 2018, às 14 horas e 20 minutos, na Sala de Reunião do Instituto de Previdência Social do Município de Betim – IPREMB, situado à Avenida Amazonas, 1354, 4º andar, Bairro Brasília – Betim, compareceram os membros do Conselho Fiscal de Previdência, nomeados conforme o Decreto Municipal nº 40.849, de 31 de julho de 2017, dentre os quais: 1) Déborah de Almeida Lopes – suplente representante do Poder Executivo; 2) Greiciane Maria de Oliveira – suplente representante do poder Executivo; 3) Elias de Oliveira Júnior – titular representante do Poder Executivo; 4) Lourdes Aparecida dos Santos Miranda – suplente representante do Poder Legislativo; 5) José Braga Vieira – titular representante dos servidores ativos do quadro da Administração (SINDSERB); 6) Andreia Costa Pereira dos Santos – suplente representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SIND-UTE). Pelo IPREMB a senhora Camila Francisca Nolasco – Chefe de Divisão de Contabilidade; o senhor Adenilson Carvalho Oliveira Santos – membro do Comitê de Investimentos – Cominv; a senhora Liliane Moraes da Fonseca Costa e Silva; a senhora Rita Júnia da Costa Silva Moraes – Assessora Jurídica; a senhora Joseane de Freitas Amâncio – Chefe da Divisão de Benefícios; a senhora Isabela Lara Ferreira – Auditora; a senhora Helenice Quaresma Silva – servidora da unidade de Auditoria e Controle Interno; a senhora Ana Paula Soares Gertrudes e a senhora Darlene Rocha Nunes Rodrigues, que foi designada para secretariar o Ato. Determinou-se como pauta: 1) Relatórios Contábeis de junho de 2018; 2) Carteira de Investimentos de junho de 2018; 3) Apresentação do fundo de Investimento AZ LEGAN e 4) Apresentação da Divisão de Benefícios. O membro do Cominv Adenilson se apresenta e comunica que nas reuniões dos Conselhos Fiscal e Municipal de Previdência haverá participação de gestores dos fundos que compõem a carteira de investimentos do Instituto para explanar sobre seus produtos. Sendo assim, apresenta o senhor Rogério Zico Almeida, Gerente de Relacionamento e Sócio da Az Legan e o senhor Maurício Gallego Augusto, Gestor de Renda Variável e Sócio da Az Quest. O senhor Rogério toma a palavra e informa que a gestora de recursos Quest Investimentos se juntou, em 2013, ao grupo Azimut, gestora italiana atuante em mais de 15 países, dando origem a AZ Legan. O senhor Maurício completa que a AZ Legan é um fundo de ações que possui atualmente 43 (quarenta e três) RPPS's como clientes, tendo o Ipremb como cliente desde 2017. A dinâmica do fundo acontece da seguinte forma: o Ipremb investe e o gestor escolhe ações de grandes empresas para

comprar tendo como parâmetro o índice IBOVESPA, o valor de mercado, o desempenho ao longo do tempo e a rentabilidade de balanço. Entre as empresas que compõem o fundo estão: AMBEV/SA, Vale, Petrobras, Natura, Itaú e Bradesco. O conselheiro Elias pergunta como conseguem ver expectativa positiva para a Petrobras tendo em vista as especulações políticas sobre a possibilidade de privatização. O senhor Maurício diz que verifica pela rentabilidade de balanço e acompanha minuciosamente o mercado, diminuindo ou aumentando o percentual de aplicação em cada ação, não ultrapassando o limite de 15% (quinze por cento). As aplicações e resgates podem ser efetuados a qualquer momento. Não há carência de prazos e valores. Caso o Ipremb solicite o resgate dos recursos os mesmos são disponibilizados em até 4 (quatro) dias, que é o prazo de transação. Informa que o fundo AZ Legan é um fundo conservador, em relação à compra de ações de grandes e renomadas empresas e em análise lucro/rentabilidade, cuja rentabilidade geralmente ultrapassa a rentabilidade do índice IBOVESPA. O conselheiro Elias pede uma comparação da rentabilidade do fundo com a meta atuarial do Ipremb. O senhor Maurício esclarece que a rentabilidade do fundo até o mês de maio/2018 estava muito acima da meta atuarial, porém ao final de maio/2018 a rentabilidade caiu consideravelmente ficando aquém da meta atuarial e em julho voltou a subir. Lembra que o ideal é pensar a longo prazo, tendo em vista a volatilidade do mercado econômico. Lembra que 2018 é um ano atípico, devido à eleição presidencial. Acrescenta que a meta atuarial dos RPPS's deveria ser por períodos acumulados e não anual e de forma binária. Ainda sobre o fundo AZ Legan comenta que a taxa de administração é de 2% aa (dois por cento ao ano) e a taxa de performance de 20%, aplicada quando atinge-se índices maiores a IBOVESPA com linha d'água. Informa que o fundo está enquadrado nos termos da legislação vigente. A conselheira Andreia pergunta se a investigação da Polícia Federal, no que tange aos investimentos do Ipremb, envolve o fundo AZ Legan. O senhor Maurício explica que o fundo AZ Legan investe em empresas com liquidez e não em Fundos de Investimentos em Participações – FIP's, que são os tipos de fundos investigados. Explica também que o Ipremb investe cerca de 1% (um por cento) do seu patrimônio no fundo AZ Legan. Reforça que o fundo é desenhado especificamente para RPPS's. A conselheira Débora pergunta se o procedimento de aporte no fundo acontece por licitação. O membro do Cominv Adenilson responde que a legislação dá autonomia ao Comitê de Investimento para deliberar em quais fundos investir, respeitando os limites previstos. No caso os gestores comparecem ao Ipremb, apresentam seus produtos e após várias análises o Cominv delibera por aplicar ou não. A conselheira Lourdes pergunta se houve alteração dos membros do Comitê. O membro do Cominv Adenilson esclarece que sim. Encerrada a apresentação dos

representantes do fundo AZ Legan, dá-se prosseguimento a reunião. Os membros presentes indicam o conselheiro Elias como Presidente Substituto da sessão, tendo em vista a ausência justificada do Presidente do CF Manoel Lopes Gonçalves e sua suplente Rita de Cássia Mota Franco. Passa-se a palavra para o membro do Cominv Adenilson que apresenta a carteira de investimentos referente ao mês de junho/2018. Informa que a meta atuarial no mês foi de 1,75% (um vírgula setenta e cinco por cento). Expõe o Ranking dos fundos de investimentos discriminando a rentabilidade e o percentual de meta alcançado. Comenta que o valor aplicado foi de R\$1.114.831.221,38 (um bilhão, cento e quatorze milhões, oitocentos e trinta e um mil, duzentos e vinte e um reais e trinta e oito centavos) que somados ao valor em conta totalizou R\$ 1.114.854.566,48 (um bilhão, cento e quatorze milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e seis reais e quarenta e oito centavos) em patrimônio líquido. O percentual aplicado em renda fixa foi de 75,45% (setenta e cinco vírgula quarenta e cinco por cento) e em renda variável 24,55% (vinte e quatro vírgula cinquenta e cinco por cento). Apresenta o quadro de aplicação por instituição discriminando valor e percentual, entre eles: Caixa Econômica com 40,89% e Banco do Brasil com 19,96%. A conselheira Lourdes pergunta se dentro dos percentuais de outros gestores, 22,23% (vinte e dois vírgula vinte e três por cento) estão os fundos de renda variável. O membro do Cominv Adenilson responde que não. Acrescenta que as modalidades de investimentos variam entre as instituições. A maioria delas oferecem produtos em renda fixa e em renda variável, cita como exemplo o Banco do Brasil. Em seguida apresenta o quadro por enquadramento. Comenta que em ações é possível aplicar até 20% (vinte por cento). Havia aplicado até junho/2018 12,66% (doze vírgula sessenta e seis por cento). Lembra que a renda variável está mais sujeita a perda em relação a renda fixa, por isso a importância de escolher bons gestores. Informa que a resolução CMN que trata dos limites de aplicações ajusta seus percentuais visando o alcance da meta atuarial. O membro do Cominv Adenilson demonstra a rentabilidade por fundos, discriminando o que cada fundo rendeu, além da comparação com a meta atuarial. Ressalta que mesmo os fundos de Renda Fixa podem resultar em rentabilidade negativa. Comenta que somente os meses de janeiro/2018 e março/2018 ultrapassaram a meta atuarial. Os meses de maio/2018 e junho/2018 apresentaram resultados negativos. No acumulado do ano a rentabilidade foi de 0,65% (zero vírgula sessenta e cinco por cento) contra 5,59% (cinco vírgula cinquenta e nove por cento) da meta atuarial. Apesar do resultado há expectativas de alcance da meta atuarial ao final do exercício. Comenta ainda que o patrimônio líquido também sofreu queda devido ao aumento das despesas. Em seguida apresenta o quadro de enquadramento discriminado por fundo,

rubrica, posição em junho/2018, o patrimônio líquido do fundo, o limite e a situação conforme a Resolução CMN nº 4.604/2017. Informa que o fundo GP Programado IBOVESPA Ativo estava desenquadrado, como descrito na tabela, mas encontra-se em situação de enquadramento após a efetuação de resgate. Comenta que a Resolução CMN nº 4.604/2017 prevê que fundos com carência cujo percentual tenha sido alterado, mantenha-se nos padrões da legislação anterior até a finalização do prazo para resgate. Exemplifica o fundo Multimercado Sculptor, onde há aplicado 15,64% (quinze vírgula sessenta e quatro por cento) do patrimônio líquido. A legislação vigente fixa limite de 5% (cinco por cento), porém a carência para resgate finaliza em 2021. A conselheira Andreia questiona se os números apresentados pelo ex-presidente do Ipremb Renato Lanza, de fato demonstravam o alcance da meta atuarial. O membro do Cominv Adenilson responde que sim, que a meta atuarial vinha sendo alcançada, porém em maio/2018 sofreu queda significativa, como aconteceu também em maio/2017 em decorrência da delação premiada da JBS. A conselheira Andreia pergunta se há notícias sobre a investigação da Polícia Federal. O membro do Cominv Adenilson responde não ter conhecimento de seu andamento. Encerrando sua apresentação pergunta qual gestor de fundo os conselheiros gostariam de indicar para uma futura apresentação. O Presidente do CF em substituição Elias sugere o fundo do qual a Sete Brasil faz parte. Sugere também que para melhor acompanhamento das apresentações, anteriormente seja feito o curso de capacitação dos Conselhos, permitindo maior clareza e domínio sobre o assunto. A conselheira Lourdes pergunta se há previsão para a realização do curso. A Auditora Isabela responde que não. O membro do Cominv Adenilson sugere a participação do gestor dos fundos oferecidos pela Caixa Econômica Federal, cujo percentual aplicado é significativo. Os conselheiros presentes concordam. Passa-se a palavra para a Chefe da Divisão de Contabilidade Camila que apresenta os relatórios contábeis referentes ao mês de junho/2018. Informa que a receita arrecada no mês foi de R\$17.755.013,43 (dezessete milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, treze reais e quarenta e três centavos), sendo a receita de contribuição do servidor R\$3.360.402,25 (três milhões, trezentos e sessenta mil, quatrocentos e dois reais e vinte e cinco centavos). A receita patrimonial foi de R\$7.615.474,98 (sete milhões, seiscentos e quinze mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa e oito centavos). A receita de contribuição patronal foi de R\$5.570.500,11 (cinco milhões, quinhentos e setenta mil, quinhentos reais e onze centavos). Ressalta que o pagamento das obrigações patronais está em dia. Quanto às despesas o total gasto foi de R\$11.462.981,11 (onze milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, novecentos e oitenta e um reais e onze centavos). Os gastos com a folha de pagamento dos aposentados e pensionistas de responsabilidade da

Prefeitura Municipal de Betim foi de R\$2.634.222,31 (dois milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, duzentos e vinte e dois reais e trinta e um centavos), as aposentadorias de responsabilidade do Ipremb R\$7.891.535,46 (sete milhões, oitocentos e noventa e um mil, quinhentos e trinta e cinco reais e quarenta e seis centavos) e as pensões, R\$587.520,68 (quinhentos e oitenta e sete mil, quinhentos e vinte reais e sessenta e oito centavos). Observa-se um superávit de R\$6.292.032,32 (seis milhões, duzentos e noventa e dois mil, trinta e dois reais e trinta e dois centavos), cujo montante é reinvestido. Quanto ao relatório financeiro o saldo do mês anterior foi de R\$1.115.139.404,36 (um bilhão, cento e quinze milhões, cento e trinta e nove mil, quatrocentos e quatro reais e trinta e seis centavos). O saldo do mês de junho/2018 foi de R\$1.114.831.221,18 (um bilhão, cento e quatorze milhões, oitocentos e trinta e um mil, duzentos e vinte e um reais e dezoito centavos). Sem dúvidas quanto aos relatórios contábeis, passa-se a palavra para a Chefe da Divisão de Benefícios Josiane que se apresenta. Em seguida comenta sobre os processos de aposentadoria pendentes e cita entre os principais motivos: acúmulo de cargos, revisão de certidão de tempo de contribuição e contribuição dos servidores cedidos. Há também processos de pensões pendentes, entre os motivos: acúmulo de cargos e perícia médica para os dependentes/filhos maiores de 21 anos inválidos. Comenta ainda que há processos cancelados, através da solicitação do servidor. Ressalta que o pedido é deferido apenas nos casos em que o processo está em andamento, ou seja, não foi concluída a aposentadoria. Informa que quando o servidor falece anteriormente a conclusão do processo de aposentadoria, ou seja, com o processo em trâmite, o mesmo é cancelado e considera-se o servidor na ativa para a instrução do processo de pensão, se for o caso. Ressalta que a instrução e as regras de pensão provenientes de servidores ativos e servidores aposentados são diferentes. Apresenta o quadro de relação de processos de aposentadorias abertos em anos anteriores e concluídos em 2017/2018 por lotação. Frisa que a maioria dos processos foi de servidores lotados no quadro setorial da Educação. Apresenta também o quadro de relação de processos de aposentadorias abertos em 2017 e concluídos em 2017/2018 por lotação, um total de 526 (quinhentos e vinte e seis) processos, sendo novamente a maioria proveniente de servidores do quadro setorial da Educação. Apresenta o quadro de processos de aposentadoria abertos em 2017, discriminado por regras, sendo a maioria enquadrada na regra de aposentadoria por tempo de contribuição. A conselheira Lourdes pergunta se a pensão é vitalícia. A Chefe da Divisão de Benefícios Josiane responde que é vitalícia para cônjuge acima de 44 (quarenta e quatro) anos de idade. Para o cônjuge até 43 (quarenta e três) anos de idade o tempo de benefício varia. A pensão para filho finda ao completar 21 (vinte e um) anos e é vitalícia para o filho inválido. Voltando a

explicação das aposentadorias, comenta que há credenciamento médico para dar  
vão aos processos de aposentadoria especial insalubre que verificará de fato o  
direito à regra. Apresenta o quadro de relação de processos de aposentadorias  
abertos em 2018 e concluídos até 20 de julho de 2018 discriminados por regra.  
Informa que por questões de pagamento, os atos de concessão de aposentadoria são  
publicados no último dia útil do mês e o afastamento do servidor se dá a partir do  
primeiro dia útil do mês subsequente. O prazo médio para conclusão das  
aposentadorias é de 90 (noventa) dias após a abertura do processo. Haverá algumas  
alterações nas análises dos estudos prévios de aposentadoria que será mais minucioso  
com intuito de sanar futuras pendências, como acúmulo de cargos. Após a conclusão  
do estudo prévio o servidor poderá requerer a sua aposentadoria. Fala também que  
há um projeto de lei que altera o quesito do afastamento, tornando-o novamente  
preliminar à concessão da aposentadoria. A Assessora Jurídica Rita acrescenta que  
mediante o afastamento preliminar, o estudo prévio tornará obrigatório e terá prazo  
de 12 (doze) a 18 (dezoito) meses, anterior ao requerimento de aposentadoria, para  
ser solicitado. Ao pedir a aposentadoria o servidor afasta-se por 30 (trinta) dias, que é  
o tempo hábil para formalização e conclusão do processo, pós-estudo. O conselheiro  
José Braga pede liberação para participação nos Congressos referentes à Previdência  
Social. Comenta que teve a oportunidade de participar em ano anterior e foi de  
grande aprendizado. A senhora Liliane sugere aos conselheiros que façam a solicitação  
para a presidência do Instituto. Sem nada mais a acrescentar, segue com a presente  
Ata para registro e assinatura dos presentes.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink along the right margin]*

Representantes do Conselho Fiscal:

*[Handwritten signature of Elias de Oliveira Júnior]*

Elias de Oliveira Júnior – titular representante do Poder Executivo e Presidente do CF  
em substituição

*[Handwritten signature of Déborah de Almeida Lopes]*

Déborah de Almeida Lopes – suplente representante do Poder Executivo

*[Handwritten signature of Grejiane Maria de Oliveira]*

Grejiane Maria de Oliveira – suplente representante do Poder Executivo

*[Handwritten signature of Lourdes Aparecida dos Santos Miranda]*

Lourdes Aparecida dos Santos Miranda – suplente representante do Poder Legislativo

*[Handwritten signature]*

  
José Braga Vieira – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Administração (SINDSERB)

  
Andreia Costa Pereira dos Santos – suplente representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SIND-UTE)

Representantes do IPREMB

  
Camila Francisca Nolasco – Chefe da Divisão de Contabilidade

Adenilson Carvalho Oliveira Santos – Membro do Comitê de Investimentos

  
Liliâne Moraes da Fonseca Costa e Silva

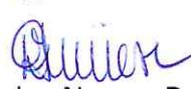
  
Rita Júnia da Costa Silva Moraes – Assessora Jurídica

  
Josiane de Freitas Amâncio – Chefe da Divisão de Benefícios

  
Isabela Lara Ferreira – Auditora

  
Helenice Quaresma Silva – Servidora da Unidade de Auditoria e Controle Interno

  
Ana Paula Soares Gertrudes

  
Darlene Rocha Nunes Rodrigues – Secretária para o ato

